

Trabalho preparado para apresentação no XIV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 23 a 27 de setembro de 2024

Título do Artigo: Entre o público e o privado em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda: o pensamento social e político brasileiro pode dialogar com a teoria republicana?

Autora: Natália Neves Natarelli Jeronymo

Bacharela em comunicação social (jornalismo) e ciências sociais

Mestranda em ciência política (DCP/USP)

Entre o público e o privado em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda: o pensamento social e político brasileiro pode dialogar com a teoria republicana?

1. Introdução

1.1 Breve apresentação do republicanismo

Em meados do século XX, diversos autores e autoras da teoria política começaram a trazer para o debate contemporâneo conceitos do pensamento republicano clássico em um movimento que hoje ficou conhecido como *Republican Revival*. A recuperação de temas como a natureza da liberdade, da cidadania ativa, da participação, do interesse público e do bem comum proporcionaram uma renovação na filosofia política chamando atenção para questões que andavam esquecidas pelo embate entre pensadores inspirados pelas teorias do marxismo e do liberalismo (Bignotto, 2013).

Ricardo Silva (2015; 2021) divide esse movimento de renovação em dois períodos principais. O primeiro ocorreu entre as décadas de 1950 e 1990 impulsionado pelos escritos de Hannah Arendt, Hans Baron, J. G. A. Pocock, Alasdair MacIntyre, Charles Taylor e Michael Sandel, entre outros, que reivindicaram a reincorporação na política de ideais de vida ativa, de virtude cívica e de participação na vida comunitária como antídotos ao individualismo “atomista” da vertente dominante do pensamento liberal. Originou-se a partir desse movimento uma crítica comunitarista ao liberalismo que dominou o debate político ocidental do pós-Segunda Guerra aos anos 90.

O segundo momento de recuperação do republicanismo é mais recente. Começou a se esboçar ao longo da década de 1980 e adquiriu uma forma mais definida em meados dos anos de 1990. Essa segunda onda tem como seus principais expoentes autores como Quentin Skinner, Philip Pettit, Maurizio Viroli, John Maynor, entre outros. Diferenciando-se da onda republicana precedente, “esse grupo minimizou – ou até abandonou – alguns dos principais conceitos até então caros à tradição, como a concepção mais enfática e exigente do ideal da vida ativa e sua associação com a ideia de liberdade positiva” (SILVA, 2021). No centro dessa segunda revitalização do republicanismo, encontra-se o ideal da liberdade como não dominação formulado pelo filósofo irlandês Philip Pettit (1997). Essa segunda geração continuou a sustentar o republicanismo como uma tradição teórica capaz de contestar a hegemonia da tradição liberal, porém, segundo

Ricardo Silva (2021), consideram a sua vertente mais bem equipada do que o comunitarismo para lidar com os desafios do mundo contemporâneo¹.

Acompanhando o interesse pelo republicanismo moderno nos debates de teoria política internacional, no Brasil, o início do século XXI foi marcado por uma grande produção acerca do republicanismo. Em 2000, a edição de número 51 da Revista Lua Nova foi inteiramente dedicada ao tema e o livro *Pensar a República*, organizado por Newton Bignotto, foi publicado no mesmo ano pela editora UFMG. A produção nacional sobre a tradição republicana continuou a se ampliar, e destacamos como exemplos as obras *Origens do Republicanismo Moderno* (2001) e *Matrizes do Republicanismo* (2013), também de Bignotto; *Retorno do Republicanismo* (2004), organizado por Sérgio Cardoso; *Dicionário da República – 51 textos críticos* (2019), organizada por Lilia Schwarcz e Heloísa Starling; *O Brasil à Procura da Democracia* (2020), de Bignotto, além da produção de diversos artigos acadêmicos sobre o tema. Importante destacar o recente dossiê *Republicanismo neorromano: história e teoria política* publicado pela Revista Política & Sociedade em 2021.

Por ser um corpo teórico dotado de uma grande variedade de conceitos, representado por autores e contextos históricos muito distintos, o republicanismo tem sido entendido como uma *tradição* ampla, bastante plural, rica e, por esse mesmo motivo, complexa. Como bem definiu o cientista político Luís Falcão (2021, p.39), “o republicanismo habita inerentemente uma zona cinzenta”. A ideia de tradição republicana nos remete a uma perspectiva diacrônica, que liga temas do passado a preocupações contemporâneas, mas que não se constitui de forma alguma como uma linha contínua. Pelo contrário, é cheia de interrupções, desvios e adaptações. Ricardo Silva e Roger Laureano (2021) retomam o conceito heurístico de tradição proposto pelo filósofo da história Mark Bevir, colocando a tradição como uma metáfora daquilo que permanece na relação entre um mestre e seu pupilo:

Nascemos e crescemos em um mundo em que outras pessoas já expressaram suas crenças, e elas inevitavelmente nos influenciam. A continuidade das tradições surge justamente da reprodução das crenças com as quais os indivíduos se confrontam ao longo da vida. Mas, em Bevir, além da continuidade, as tradições são igualmente definidas pela sua adaptabilidade a novos contextos. É nesse ponto que entra a importância da agência. A relação de transmissão e apreensão das crenças de determinada tradição é apresentada com o uso da metáfora da relação de um mestre com seu pupilo. Tratando-se de história das ideias, a relação do herdeiro com as crenças que lhe são transmitidas é relativamente seletiva. Ao expressar suas crenças, o pupilo pode estar realizando dois atos: o de

¹ Para uma breve, porém bastante completa e elucidativa, apresentação das principais críticas ao republicanismo ver a apresentação de Newton Bignotto em *Matrizes do Republicanismo* (2013).

manutenção e o de mudança. Ou, o que provavelmente acontecerá, um ato simultâneo de conservação e ruptura (SILVA; LAUREANO, 2021, p.13).

A metáfora do aluno e do professor é interessante porque acentua a *influência formativa* das crenças da tradição, ainda que não reproduzidas integralmente. São, portanto, dois tipos de conexões que se estabelecem por uma tradição que é passada entre diferentes agentes: *temporais e conceituais*.

As conexões conceituais dotam de coerência crenças expressas em momentos distintos da tradição, ao passo que as conexões temporais revelam o processo efetivo de transmissão das crenças ao longo do tempo e os meios materiais pelos quais o pupilo recebe e incorpora as crenças do mestre. Isso significa que, apesar de serem construções dos historiadores, as tradições não são descomedidamente subjetivas. Elas devem ser construídas com demonstrações factuais de crenças que realmente existiram, e com a devida compreensão de como foram transmitidas e adaptadas às novas realidades. Nesse sentido, a tradição é o primeiro passo para uma compreensão diacrônica das ideias políticas. Como aponta Bevir (2000, p. 37), “[...] a tradição é inevitável como um ponto de começo, não como um destino final” (SILVA; LAUREANO, 2021, pp.13-14)

A ideia de tradição republicana não esgotou entre os estudiosos os esforços de identificação do que é o republicanismo e suas diferentes abordagens. Newton Bignotto (2013), por exemplo, identifica cinco matrizes diferentes: a romana da Antiguidade, a italiana do Renascimento, a inglesa do século XVII, a francesa dos séculos XVIII e XIX e a americana do mesmo período. O termo *matrizes* é utilizado pelo filósofo a partir da ideia de que a tradição republicana conservou elementos conceituais importantes desde a Antiguidade até a modernidade, mas cada matriz trouxe elementos inovadores que estão relacionados aos problemas das sociedades em que se localizam. Já Ricardo Silva e Roger Laureano (2021) trazem três critérios que consideram mais recorrentes na literatura recente para definir a tradição republicana: o critério genealógico, o critério nacional e o critério socioconflitual. Luís Falcão (2021), por sua vez, faz uma revisão crítica do campo e tenta traçar uma síntese a partir de cruzamento de conceitos e contextos buscando identificar alguns conceitos-chave. Para ele,

pode-se supor que o republicanismo necessita ser *antiautoritário* (em sua versão exclusivista antimonárquica ou pluralista, que aceita, em algum nível, uma figura assemelhada ao monarca), *com um governo misto, império das leis*, assentado nos conceitos de *liberdade e igualdade em relação mútua* (ou um viés mais claramente isonômico), e com alguma preocupação com a *cidadania, participação ou virtude cívica* (FALCÃO, 2019, p. 149-162). Pelo mesmo motivo, é preciso também que nenhuma dessas condições seja suficiente, o que quer dizer que não basta um único desses princípios isoladamente, é preciso jogar luz sobre como eles interagem entre si em determinadas circunstâncias. (Falcão, 2021, p.42, grifo nosso)

Mesmo chegando a esses denominadores comuns, Falcão adverte da necessidade de unir *conceito e contexto* para a investigação desse tema, porque observando as realidades sociais e históricas diferentes percebemos que inevitavelmente alguns

conceitos têm mais peso do que outros em contextos diversos. Ele cita a diferença entre o destaque que o renascimento italiano deu para os temas da virtude e do governo misto em sobreposição aos do império da lei e da igualdade perante a lei; “enquanto nas guerras civis inglesas, o império da lei torna-se peça fundamental, a igualdade é um requisito e a virtude começa a abrir espaço para o interesse” (Falcão, 2021, p. 63). Assim, o cientista político chega à conclusão de que *é na articulação teórica entre os conceitos à luz das condições históricas* que o republicanismo mostra a sua potência.

Partindo dessa ideia, o objetivo desse artigo é abordar o republicanismo a partir da centralidade da dicotomia público/privado e, dada a importância da construção da ideia de hipertrofia do privado (e atrofia do público) para o pensamento político e social brasileiro, nosso interesse está em propor um diálogo entre ambas as tradições a partir desse recorte. Uma hipótese mais geral dessa pesquisa é de que o pensamento político e social brasileiro sempre trouxe para a superfície de nossa reflexão política temas republicanos, sem necessariamente utilizar o arcabouço conceitual dessa tradição. Ao praticar a releitura de algumas obras clássicas brasileiras (chamadas “interpretações do Brasil”) sob o léxico conceitual do republicanismo, podemos talvez encontrar novas ferramentas analíticas para interpretar os problemas do Brasil contemporâneo, impulsionando nossa reflexão e criatividade políticas. É importante, frisar, contudo, que este artigo constitui apenas uma reflexão inicial, deveras incompleta, sobre esse assunto.

1.2 A relação de temas republicanos com o pensamento político e social brasileiro: o baralhamento do público e do privado

Conforme argumenta André Botelho (2012), a partir de uma concepção clássica, inventada na antiga cidade-estado grega, público e privado são dimensões separadas com fronteiras normativas delimitadas e pressupõem valores e práticas sociais próprios. O primeiro é identificado a princípios impessoais e universais válidos para todos e, justamente por isso, é relativo à dimensão dos direitos e deveres e à condição de cidadania. O segundo é associado a princípios particularistas e refere-se às nossas relações como pessoas singulares no âmbito de interações de foro íntimo.

Na tradição republicana, mesmo com toda a diversidade que a compõe, pode-se afirmar que a relação entre o público e o privado é central. Como bem lembra Sérgio Cardoso (2004), os termos *Respublica* e *res populi* se referem ao que pertence ao povo, ao domínio público, isto é, o que é de interesse coletivo ou comum aos cidadãos. Essa definição é feita por oposição a uma esfera de coisas e assuntos privados, os quais dizem

respeito a grupos, associações e indivíduos. Assim, afirma o filósofo que o termo república designa uma esfera de bens comuns a um certo conjunto de homens e, ao mesmo tempo, a constituição do próprio povo, suas instituições, regras de convivência e órgãos de administração e governo. O momento de fundação política assume importância fundamental uma vez que é a partir dele que surgem as orientações para a convivência em sociedade e o funcionamento das instituições. República remete, então, a “regimes constitucionais”, isto é, aqueles salvaguardados por leis e regulamentos comum a todos, onde “os que mandam também obedecem” (Cardoso, 2004, p.46).

O republicanismo orienta-se por um compromisso normativo com a Cidade, baseado na participação ativa dos cidadãos nos negócios públicos em prol do bem comum, no exercício da liberdade política e nas virtudes cívicas. O “amor às leis” é uma das características dos cidadãos de uma república livre. De acordo com Cardoso (2004, p.46), a postulação de uma esfera de interesses comuns e a ideia de “império da lei” inspiram no republicanismo posições em prol da moderação e contenção dos desejos e interesses privados e individuais tendo em vista o amor pela cidade e a promoção do bem público: são as chamadas virtudes cívicas.

Contudo, essa definição não é suficiente, hoje, para caracterizar um regime republicano. Atualmente, não há como tratar os conceitos de república e democracia de forma separada (Cardoso, 2004; Bignotto, 2020; Schwarcz e Starling, 2019). Citando mais uma vez Cardoso (2004), o regime republicano não se resume mais apenas à exigência de que o poder seja contido por leis e exercido em prol do povo, visando ao bem comum. O filósofo ressalta a importância que a participação política popular assume na concepção atual de regime republicano: o poder deve ser exercido por todo o povo ou pelo menos em seu nome (onde a representação política é permitida). Essa exigência é a que mais aproxima as repúblicas das democracias, “regimes fundados na convicção de que o interesse de todos melhor se realiza pelo igual concurso de todos, na formação das decisões políticas, do que pela inteligência ou virtude de alguns” (Cardoso, 2004, p.46).

Também para Schwarcz e Starling (2019), não há como falar de republicanismo na contemporaneidade sem tratar de democracia. Essa é definida pelas autoras como um regime político e uma sociedade em que a igualdade política entre pessoas com interesses e objetivos diferentes é seu grande motor de transformação e tem como ideal estender a cidadania a todos os membros da sociedade. Com isso, todos teriam o mesmo peso nas decisões políticas. Já a República pode ser definida a partir de seu oposto: a tirania. Uma vez que a tradição republicana traz uma concepção de liberdade política que envolve os

cidadãos nos assuntos públicos e na formulação do bem comum e a tirania não leva em consideração o interesse público, por não respeitar a liberdade do cidadão e por não agir segundo os critérios de justiça e de função agregadora do direito, a república e a prática republicana são, nos tempos atuais, opostas a todas as formas de autoritarismo.

Em resumo, a tradição republicana possui um patamar comum baseado na afirmação do valor da liberdade política, na igualdade entre os cidadãos e na compreensão da esfera pública como o espaço para efetiva ação do cidadão na formulação do bem comum. Mesmo variando ao longo do tempo, Schwarcz e Starling (2019) defendem que esses princípios indicam que a principal ameaça à república é o uso privado da coisa pública ou a apropriação por pessoas, grupos ou instituições daquilo entendido pela sociedade como bem comum. Por isso, os grandes inimigos de uma república são o *patrimonialismo* e a *corrupção* – dois processos de destruição do interesse público.

É interessante que, para o pensamento social e político brasileiro, a relação entre o público e o privado também é fundamental. Diversos autores identificam desde a formação colonial do país a mistura e a assimetria entre as duas dimensões, as quais não teriam sido nunca plenamente superadas. A esfera privada tem sido associada principalmente à família patriarcal, a qual assume o papel de reguladora da vida social estendendo seu poder privado ao público, identificado pelo Estado, modificando o sentido desta instituição, a qual acaba sendo apropriada para representar interesses privados e não interesses coletivos visando ao bem comum. No pensamento social e político brasileiro, as ideias mais recorrentes têm sido de *sobreposição* do público pelo privado, de uma *hipertrofia do privado* (e conseqüente *atrofia do público*) ou simplesmente de um *baralhamento* entre público e privado na formação social do Brasil (Botelho, 2007; 2012).

O baralhamento entre público e privado enquanto ordens sociais e princípios distintos de orientação das condutas como uma marca da cultura política, da sociedade e do Estado formados no Brasil desde a colonização portuguesa constitui uma das construções intelectuais mais tenazes do seu pensamento social. E também uma das principais linhas que, com continuidades e descontinuidades, o liga à produção das ciências sociais posterior à institucionalização, particularmente na vertente voltada para a investigação das bases sociais da vida política nacional, suas raízes rurais e influências duradouras sobre o urbano então emergente. (Botelho, 2007, pp. 49-50).

A ideia de hipertrofia do privado é tida pelo pensamento social e político brasileiro, não como um risco para a destruição da república como na teoria republicana mas, antes, como um *empecilho* para a sua própria consolidação. A república brasileira é considerada por uma grande parte de nossos intelectuais – tanto do passado como do presente – como incompleta e inacabada, justamente porque exigiria uma separação clara

do público e do privado que não existiria no Brasil, impedindo a realização plena da democracia entre nós (Botelho, 2012; Bignotto, 2022; Cardoso, 2004; Ribeiro, 2014). Existe uma relação clara, portanto, entre a ideia de baralhamento entre público e privado e a dificuldade de fundar e construir uma República democrática de qualidade..

1.3 Três intérpretes do Brasil: Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda

Especialmente entre as décadas de 20 e 40 do século XX, autores que ficaram conhecidos como “Intérpretes do Brasil” criaram obras complexas – em geral, por meio de ensaios – em um período em que as ciências sociais ainda não haviam se institucionalizado no país. Apesar da dificuldade apontada por Botelho (2010) de conferir uma unidade aos ensaios, podemos dizer que essa produção intelectual foi marcada pelo tema da formação nacional e pela incessante busca em entender “o que era o Brasil”, isto é, quais as características culturais, econômicas, políticas e sociais definidoras da nossa sociedade e que tipo de potencialidades e desafios elas traziam para o nosso desenvolvimento enquanto nação². O tema da dicotomia público/privado aparece em muitas dessas obras, na sua versão brasileira, isto é, materializado no enorme poder dos senhores de terra em contraposição ao poder público do Estado.

Em *Sequências de uma Sociologia Política Brasileira*, André Botelho (2007) destaca a obra de Oliveira Vianna publicada em 1920, *Populações Meridionais do Brasil*, como a responsável por formalizar a tese segundo a qual na vida social se encontrariam os fundamentos e a dinâmica das instituições políticas, traduzindo a crítica mais ampla ao *status quo* da Primeira República sobre a desarticulação entre as instituições liberais “transplantadas” e a realidade “singular” brasileira. Além disso, o sociólogo e jurista foi também o primeiro que identificou a hipertrofia do privado:

E, substantivamente, porque sua tese sobre a particularidade da relação entre público e privado, segundo a qual a hipertrofia da ordem privada e seu predomínio histórico sobre a ordem pública constituiriam não apenas elementos centrais da formação rural da sociedade brasileira, como também representariam impasses tenazes para sua modernização, conheceu desdobramentos distintos na produção intelectual posterior (Botelho, 2007, p.40)

Botelho defende que a recepção das obras de Vianna no ambiente dos cursos de ciências sociais recém institucionalizados nos anos 30 impulsionou toda uma agenda de pesquisa a respeito da dominação política no Brasil que veio aparecer anos depois.

² Ricupero (2011); Botelho (2010); Ferreira (1996).

Trabalhos como *Coronelismo, Enxada e Voto*, de 1949, de Victor Nunes Leal; *Política, Ascensão Social e Liderança num Povoado Baiano*, de 1962, e *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio*s, de 1976, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (este último reunindo trabalhos produzidos desde a década de 1950); e *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de 1964, de Maria Sylvia de Carvalho Franco, são paradigmáticos a esse respeito pois os fenômenos identificados como “coronelismo”, “mandonismo” e “dominação pessoal” de perspectivas históricas e empíricas retomam a problemática da dominação política proposta por Oliveira Vianna cujo ponto central é a relação público/privado:

Esta [a dominação política no Brasil] seria marcada não diretamente pelo conflito de classes enraizado na organização social da produção, mas antes, e na ausência dessa forma específica de “solidariedade social” entre nós, pelo conflito entre público e privado. Em outras palavras, para Oliveira Vianna, a chave para a compreensão sociológica da dominação política estaria no conflito entre público e privado enquanto ordens sociais distintas, concorrentes, regidas por princípios próprios de orientação das condutas apenas indiretamente associados às relações econômicas e cujo baralhamento histórico teria concorrido ainda para conferir um caráter direto, pessoalizado e violento às relações políticas. O fundamento dessa configuração particular da dominação política no Brasil, reiterado ao longo da formação da sociedade, estaria em uma ambiguidade histórica que nos singularizaria: os mesmos processos que tornavam as relações de solidariedade entre a “aristocracia senhorial” e a “plebe rural” *frágeis, frouxas, instáveis, desnecessárias* no plano econômico (e secundariamente militar ou religioso) concorreriam para fortalecê-las para efeitos políticos (Botelho, 2007, p.51)

A origem dessa ambiguidade da solidariedade social à brasileira reside na grande propriedade existente no Brasil desde a sociedade colonial. A centralidade dela para a vida na colônia fazia convergir em torno da liderança do grande proprietário diferentes grupos sociais rurais formalmente livres (familiares, agregados e trabalhadores) formando o “clã rural”. De acordo com Botelho, este era tanto a unidade da sociedade como sua “força motriz” e ninguém contestava seu poder: “os clãs rurais abriam espaços no incipiente domínio público da sociedade brasileira para formular e promover programas que expressassem seus interesses particulares. Mecanismo designado de ‘anarquia branca’...” (Botelho, 2007, p.57). A questão, contudo, é que Vianna defendia que, diante desse cenário de uma vida social organizada em torno de clãs rurais que impedia a formação de associações em torno de interesses comuns, o único ator que poderia fazer frente ao poder dos grandes proprietários era o Estado centralizador. Com isso, sua interpretação postula uma saída autoritária e suas teses mais tarde embasariam o próprio Estado Novo (1936-1945).

Outros dois intérpretes do Brasil em cujas obras percebemos a centralidade da tese da hipertrofia do privado são Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda na seguintes

obras: *Casa-grande & Senzala* (CGS) e *Sobrados e Mucambos* (SM), e *Raízes do Brasil* (RB), respectivamente. Ambos identificam a hipertrofia do privado sobre o público, mas enquanto Freyre considera positiva a influência da família sobre o sociedade, valorizando a cultura formada a partir da família patriarcal e alçando o Brasil à categoria de “primeira sociedade moderna dos trópicos”, Sérgio Buarque critica a persistência de uma herança ibérica arraigada no mundo rural baseada na *cultura da personalidade* cuja consequência mais nefasta é a persistência na cultura brasileira do *patrimonialismo* e da *cordialidade*, características que têm dificultado a fundação de uma verdadeira democracia no Brasil, que não exista apenas nas letras da lei ou que caia no caudilhismo.

Para esse artigo, apesar do tema da hipertrofia do privado ser central também na obra de Oliveira Vianna como apontamos, escolhemos trabalhar a dicotomia público/privado nas interpretações de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, por causa da centralidade com que as teses desses autores ainda aparecem no debate público como problemas da nossa república, talvez, especialmente o *patrimonialismo* e a *cordialidade* e porque nenhum dos autores defende uma saída autoritária para o Brasil (ainda que possamos questionar quanto, de fato, apresentam posturas democráticas). Nosso intuito é olhar para essas obras interpelando-as a partir do léxico republicano. Em nenhum momento estamos dizendo que esses autores são republicanos, porque isso não seria verdadeiro. Queremos apenas observar os problemas que eles colocaram a partir da chave conceitual empregada dentro da tradição republicana. Também é importante esclarecer que as obras de Freyre e Sérgio Buarque são lidas aqui em paralelo, porque acreditamos que essa é a melhor forma de entender tanto *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos* quanto *Raízes do Brasil*, pois essas interpretações do Brasil se inserem em um contexto de intenso debate e influências mútuas entre os autores, como já foi salientado por Bastos (2005), Pedro Meira Monteiro (2015), Rocha (1998; 2003; 2004).

Casa-grande & Senzala, publicado em 1933, faz um sucesso imediato e tremendo na cena cultural brasileira (Eugênio, 2016), o que leva seu autor à direção da Coleção Documentos Brasileiros, empreendimento da recém-fundada Livraria José Olympio Editora (Sanches, 2021). É justamente o primeiro número dessa coleção dirigida por Freyre o livro *Raízes do Brasil* publicado três anos depois em 1936. É o sociólogo pernambucano, inclusive, quem faz a apresentação do livro, eliminada posteriormente na segunda edição, de 1948, a qual foi bastante reformulada por Sérgio Buarque. *Sobrados e Mucambos* também foi publicado pela primeira vez em 1936 e teve um “segundo

nascimento” no texto de 1951, recebendo “acréscimos substanciais” e cinco novos capítulos (DaMatta, 2003). Além disso, o prefácio à segunda edição, escrito em 1949, buscou responder algumas das críticas realizadas por Sérgio Buarque ao autor.

De acordo com Ricupero, a relação entre os dois autores é bastante ambígua. Na primeira edição de *Raízes do Brasil*, o historiador paulista não economiza elogios a *Casa-grande & Senzala*. Também concorda com o fato do Brasil ser “o único caso bem-sucedido de transplantação da cultura europeia para os trópicos”, do povo português como povo mestiço e sem preconceitos de raça (Ricupero, 2011, pp.121-122). Por sua vez, Rocha (1998; 2003; 2004) e Bastos (2005) mostram que o texto da segunda edição marcaria um afastamento entre as teses de Sérgio Buarque e as de Gilberto Freyre.

Bastos (2005) mostra como se deu o debate entre os autores por meio de sua publicações, destacando a introdução de 1949 de Freyre para a segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, na qual respondeu críticas formuladas por Sérgio Buarque na edição de 1948 de *Raízes do Brasil*. O historiador paulista teria, por sua vez, respondido o texto introdutório de Freyre nos artigos *Sociedade Patriarcal*, *Formação da Sociologia e Panlusismo*. O sociólogo pernambucano continuou o debate na “Nota metodológica” que faz parte dos ensaios introdutórios de *Ordem e Progresso*. O artigo de Bastos destaca principalmente as divergências entre ambos, desde as noções de forma e conteúdo³, no tratamento do tema do rural/urbano e do privado/público, entre o método histórico cultural, o uso de tipos ideais e como os dois intelectuais percebem o conflito.

Por essa breve contextualização, é possível compreender por que a análise das obras é feita concomitantemente neste artigo. Por isso, a metodologia empregada nesta investigação não é apenas diacrônica, a partir da ideia de tradição, mas também contextualista, buscando compreender o diálogo realizado pelos autores que influenciou suas obras entre as décadas de 30 e 50 do século XX.

2.1 A fundação do Brasil

Vamos, então, entrar propriamente no tema. Interpelando as obras aqui analisadas – *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, de Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque – a partir do arcabouço teórico republicano, o que elas nos sugerem?

³ O foco da discordância de Sérgio Buarque dizia respeito à consideração da “forma” da família patriarcal como elemento de unidade da sociedade brasileira na tese de Freyre, válida para todo o território. O historiador paulista questiona que a “forma” social é vista às vezes como “processo” social ou como “ideias”. Na interpretação de Sérgio Buarque, o conteúdo social devia ser enfatizado em relação às formas sociológicas do fenômeno.

Primeiro, podemos identificar como um dos temas centrais o da *fundação* do Brasil – que pode ser entendida também como formação da nação (Ferreira, 1996), seja do ponto de vista cultural, seja do político – ou até mesmo de cultura política. Esse é um tema republicano, como já apontamos na introdução (Cardoso, 2004). No caso brasileiro, os autores partem do diagnóstico de uma sociedade *fundada a partir da dimensão privada*. O que isso acarreta do ponto de vista cultural e político para ambos?

Em *Casa-Grande & Senzala*, de 1933, Freyre desenvolve uma interpretação na qual a sociedade patriarcal brasileira surgida no período colonial, materializada na casa grande e na senzala, formou todo um sistema político, econômico e social subordinado à figura do homem, branco, chefe da família e dono do grande latifúndio baseado na monocultura e no trabalho escravo. A miscigenação foi retratada como positiva na formação do povo brasileiro e da cultura nacional: da mistura entre o branco, o negro e o indígena (mas principalmente dos dois primeiros), possibilitada por meio da família patriarcal e das relações estabelecidas dentro do latifúndio entre senhores e escravos, surgia uma sociedade original, “a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidade de permanência.” (Freyre, 2006, pp.73-74).

A sociedade brasileira residiria num equilíbrio de antagonismos: a influência europeia e a africana; europeia e indígena; a casa-grande e a senzala e, sobretudo, o senhor e o escravo. Esses pares opostos não chegam a entrar em conflito, mas se *acomodam*, constituindo relações relativamente harmônicas na visão do sociólogo. Os temas propriamente relacionados à dicotomia público e privado aparecem mais claramente na descrição da forma como a sociedade colonial brasileira se desenvolveu: marcada pela iniciativa *particular* e pela ausência do Estado colonizador, o qual não impôs um complicado sistema de administração, deixando a iniciativa particular com liberdade de ação – o que Freyre considera uma *vantagem*. A dimensão *privada* tem especial relevância nesse processo colonizador, uma vez que a *família* assume uma importância considerável no empreendimento colonizador feito sem Estado:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, *a força social que se desdobra em política*, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América (Freyre, 2006, p.81, grifo nosso).

Destacamos que essa família não é de qualquer tipo, e sim a *família patriarcal*⁴. Ela atuou no Brasil como órgão da formação social, reunindo uma série de funções sociais e econômicas, uma vez que se assentava sobre a riqueza agrícola produzida pelo trabalho escravo. Um ponto importante que Gilberto Freyre chama atenção é a função de *mando político* da família patriarcal, por meio do *oligarquismo* ou *nepotismo* que existe desde o século XVI. O poder dos senhores de terra descrito em *CGS* não encontrava rival à altura. Nem a Igreja⁵, nem os oficiais da Coroa portuguesa. O sistema patriarcal conferia uma espécie de unidade à colônia, por meio da replicação dessa forma social (ainda que não exatamente igual, mas conservando suas características principais) por todo o território, mas essa unidade era frágil e as questões políticas eram mais *regionais* do que nacionais. A nível regional, as diferentes famílias patriarcais não raro disputavam entre si poder e influência tornando a política, local, inclusive *facciosa* – termo utilizado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Essa facciosidade também é percebida pelo sociólogo pernambucano, o qual aponta que não eram raras as disputas entre senhores de engenho, muitas vezes entre parentes da própria família, por herança, terra, “motivos de honra” ou questões políticas. “Um trecho de canavial, uma mulher, um cravo, um boi, uma eleição de deputado”, diz o autor (Freyre, 2013, p.425) era o suficiente para gerar disputas internas. Como justificativa, ressalta o “mal inseparável do *privativismo*: do *exagerado sentimento de propriedade privada*” (2013, p.426, grifo nosso).

Ricardo Benzaquen de Araújo, em *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30* (2005), também chama a atenção para esse tipo de poder *privado* que se estabelecia no Brasil colonial a partir dos grandes senhores de terra, no caráter “essencialmente privado e familiar da colonização do Brasil” (Araújo, 2005,

⁴ Na nota 55, Freyre (2013, p.129-131) destaca a importância da família *patriarcal* ou *parapatriarcal* como unidade colonizadora no Brasil, mas também reconhece os apontamentos de Caio Prado Júnior (em *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, 1942) e Nelson Werneck Sodré (em *Formação da sociedade brasileira*, 1944) sobre a dificuldade existente em grande parte do Brasil, devido à escravidão, à instabilidade e à segurança econômicas, de constituir família em bases sólidas e estáveis. Contudo, reitera que, para todos os elementos da população, a família que servia como espécie de modelo a ser seguido era a constituída ainda no século XVI a partir da minoria portuguesa, ou europeia, cujas circunstâncias a tornaram aristocrática e até feudal.

⁵ O papel que as Igrejas tiveram em Portugal foi substituído, na colônia, pelos senhores de engenho. O catolicismo era tão importante que adentrou o latifúndio, o qual possuía capela e clérigos a seu serviço (por meio do sistema patriarcal, a religião católica acaba depois misturada às práticas religiosas dos escravos). Os estrangeiros aqui eram bem recebidos, desde que fossem praticantes do catolicismo, e os atritos surgiam com os adeptos de outras religiões, vistos como “hereges”. Tanto na colônia quanto em Portugal, os laços de solidariedade de ideal ou de fé religiosa *supriram a lassidão do nexo político* ou de mística ou consciência de raça (Freyre, 2013, p.271). A exceção nesse cenário eram os jesuítas, caracterizados pelo autor como “rivais” dos grandes senhores de terra, porque não obedeciam às suas ordens e não se subjugavam aos espaços da casa-grande.

p.83), que inclusive fazia com que fosse praticada uma forma de justiça privada e violenta em nome dos senhores. Estes chacinavam sem o menor pudor escravos e esposas infiéis e podiam, inclusive, matar os próprios filhos por ciúmes de relações entre estes e as escravas preferidas. Para Araújo, as disputas existentes entre os grandes proprietários seriam um testemunho da *falta de ordem e tranquilidade* da sociedade colonial brasileira, o que mostra que o cenário muitas vezes idílico que se tem a partir da leitura de *Casa Grande & Senzala* não é caracterizado no texto do autor pernambucano sem ressalvas ou contradições:

O que mais me chama atenção, no entanto, é que essa preponderância virtualmente absoluta da “iniciativa particular” terminou por se mostrar quase incapaz de assegurar alguma ordem e tranquilidade para a vida social “sob o regime da economia patriarcal”. Pelo contrário, o cenário desenhado por Gilberto exibe fundas e quase incontornáveis divergências entre as casas-grandes, redundando em “lutas tremendas [que] separa[vam] primos e até irmãos [...] extremando-os em inimigos de morte” (CGS, p.386) [Araújo, 2005, pp.83-84]

Assim, o poder privado dos grandes senhores de terra não se convertia em um poder político preocupado com as *questões públicas* – como o é a garantia de ordem e paz para todos. Segundo Araújo (2005, pp. 85-86), o senhor de engenho é caracterizado em *Casa Grande e Senzala*, como “alguém que deposita todos os seus interesses na esfera mais privada da existência” tanto em relação aos negócios quanto à vida doméstica, em que os prazeres da gula e do sexo assumem especial destaque. Este é um dos fatores para a dificuldade de se construir no Brasil colonial um sistema político mais consistente. Como consequência do privilégio das paixões, e não da racionalidade, não haveria estabilidade para a vida social na visão de Benzaquen, argumentando que isto não significa que não haja nenhum tipo de atividade política nas casas-grandes, mas que o feudalismo pensado por Freyre se aproximaria mais da *anarquia* na colônia brasileira. Ao contrário do sistema feudal que existiu na Europa na Idade Média, em que relações de aliança eram firmadas entre suseranos e vassalos e raramente quebradas, no Brasil, os senhores de terra apenas faziam alianças políticas de modo contingencial, dependendo de algum fator externo – como uma revolta de escravos ou invasão estrangeira – para se articularem politicamente. Assim, a unidade nacional era extremamente precária.

Partindo dessa descrição da sociedade colonial a partir da obra Freyre, nossa fundação está bem distante do ideal republicano, no sentido de que não foi criada uma comunidade política baseada em princípios como o bem comum, a virtude cívica, a defesa da liberdade a partir do governo das leis. A ideia de que “quem manda também obedece”

jamais emplacou nesse ambiente. O que aparece é a violência, tanto no ambiente externo quanto interno. Inclusive, há uma relação entre esses ambientes, uma perpetuação dos abusos que aconteciam dentro da família patriarcal para a sociedade. As consequências são políticas. Em sua exposição sobre a sífilis e a vida sexual na colônia marcada por relações não-consensuais e baseadas na violência (o estupro), primeiro entre o colonizador branco e a mulher índia; depois, entre o senhor de engenho e escravas negras, Gilberto Freyre ora reconhece a violência, ora a relativiza, mas sobretudo afirma que foi a partir do sadismo do senhor de engenho para com as mulheres, e depois para com os moleques, que o menino branco adquiriu o gosto pelo mando violento. Quando essas crianças, já homens, passam a exercer posição política na vida pública essa característica reaparece. Vale citar o trecho, mesmo longo e incômodo:

Transforma-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários - tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho. Gosto que tanto se encontra, refinado em um senso grave de autoridade e de dever, em um D.Vital, como abrutalhado em rude autoritarismo em um Floriano Peixoto. (Freyre, 2013, pp.113-114).

O sadismo, gerado portanto dentro de um ambiente *privado* marcado por relações violentas, tem consequências na dimensão *pública*: uma inclinação ao mandonismo na vida política. A família é a força social que se desdobra em política, não apenas porque confere uma certa unidade cultural, política e social ao país, mas porque é dela que se originam tanto as figuras como as práticas políticas que vão ocupar o espaço público e a política brasileira – como veremos adiante, a análise de Sérgio Buarque de Holanda também chama a atenção para essa transposição para o domínio público de práticas e valores familiares, mas de um ponto de vista diferente do de Freyre.

Com relação ao mandonismo, não só ele existia de forma disseminada na colônia, como sobrevive na República, segundo o sociólogo pernambucano, em certos cultos cívicos nostálgicos, como ao chamado marechal de ferro⁶, e na vontade da maioria do “povo brasileiro” (o que se podia chamar de povo naquele momento, faz a ressalva o autor) de ter um “governo másculo e corajosamente autocrático” (Freyre, 2013, p.114). Isso se refletiria em expressões de mística revolucionária, no messianismo, na identificação pelo povo de um mártir que sacrifica a vida ou a liberdade pessoal. Para

⁶ Uma referência a Floriano Peixoto.

Freyre, o gosto pelo mandonismo é a representação da falta de vontade de reformar ou corrigir determinados vícios de organização política ou econômica por uma postura masoquista baseada no gosto de sofrer e de se fazer de vítima. A exposição dele sobre o sadismo é sempre calcada nesse par sadismo-masoquismo. Depois, o autor reafirma que esse gosto pelo mando tem se sustentado na nossa vida política, a qual também se encontra baseada em um equilíbrio de antagonismos entre uma tradição mais conservadora, que reivindica a ordem e a autoridade, e outra liberal, que clama por liberdade e democracia. Eis o trecho:

Por outro lado, a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em "princípio de Autoridade" ou "defesa da Ordem". Entre essas duas místicas - a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia - é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente europeia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia (Freyre, 2013, pp.114-115).

No trecho acima, há uma crítica tanto ao conservadorismo quanto ao liberalismo, chamados por Freyre de “duas místicas” (crítica que também aparecerá em *Raízes do Brasil*, como veremos). Esse ponto, apesar de breve, é extremamente pertinente. Convém lembrar que, como aponta Ferreira (1996), o sociólogo pernambucano não enxerga a formação da nação como um processo, ela já está formada desde a colônia. Nesse sentido, a constatação de nossos “vícios políticos” assume um peso muito grande, ainda mais para um intelectual caracterizado dentro do espectro político do *conservadorismo* (Ricupero, 2010; Bastos, 2006a). Mudar o passado é difícil. E não só isso, há algo na tradição que *deve ser* preservado, considerado e valorizado na visão freyriana. Então, apesar das consequências *políticas* da formação colonial e patriarcal brasileira, o autor ainda defende que o equilíbrio de antagonismos traz vantagens à nossa *cultura*, a qual foi enriquecida pela espontaneidade, pela imaginação e pela “emoção do grande número” e, ao mesmo tempo, pelo contato das elites com a ciência, a técnica e o “pensamento adiantado da Europa”. A fusão de culturas antes antagônicas verificada no Brasil talvez não se encontre em nenhum outro lugar do mundo segundo o autor e, mesmo constatando que as distâncias entre as elites e a massa ainda é enorme e a comunicação intercultural bastante deficiente, defende que o regime brasileiro não pode ser acusado de rígido nem de carecer de mobilidade social, pois em vários sentidos sociais seria um dos mais *democráticos*, flexíveis e plásticos (Freyre, 2013, pp.114-115).

O sociólogo pernambucano considera como *democráticas* especialmente as condições de confraternização e de mobilidade social brasileiras que amortecem e harmonizam os antagonismos sociais, tais como: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, o acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre diferentes regiões do país facilitada pela ausência de grandes desafios geográficos no território brasileiro (Freyre, 2013, p.117). A falta de democracia na política, território de disputas entre senhores de engenho e terreno do mandonismo, seria quase que suprida pela democracia social – na mesma chave de equilíbrio de antagonismos em que Freyre pensa basicamente todas as contradições da sociedade brasileira.

Contudo, em *Sobrados e Mucambos*, essa frágil estabilidade entre opostos começa a ser abalada. Publicado em 1936, a obra destaca que, a partir da chegada da família real e da corte portuguesa ao Brasil em 1808, tem início uma maior centralização do poder político. O Estado ganha peso e a urbanização começa a se desenvolver, afetando o papel tradicional do patriarcado na construção da ordem social brasileira. Aumenta a influência da esfera pública sobre a privada transformando inclusive o espaço com novas dicotomias (casa/rua, engenho/prça) (Bastos, 2006a, p.13). O sociólogo pernambucano critica esse processo, porque ele dividiu justamente aquela sociedade híbrida e sincrética de *Casa Grande & Senzala*. O equilíbrio de antagonismos operado pela família patriarcal perde força – mas não se rompe – e a sociedade brasileira se torna mais desigual e conflituosa. O cenário descrito por Freyre é de contrastes violentos, com aumento das distâncias sociais e exclusão dos elementos mais pobres da população para as áreas marginalizadas das cidades. O sociólogo a todo tempo critica esse processo como decorrente da centralização do poder, da urbanização, da ocidentalização/europeização do Brasil – é a decadência do patriarcado – mas não aponta uma saída política. Pelo contrário, fica a cargo dos próprios indivíduos, caracterizados na figura do mulato, a responsabilidade de construção da democracia a nível pessoal, isto é, de alcançar mobilidade social em um cenário de distâncias sociais extremas, como o próprio Freyre chamou atenção.

A decadência do poder patriarcal, contudo, não implicou no seu desaparecimento, pois as transformações sociais não impediram que restassem *sobrevivências patriarcais*. Para Freyre, o que ocorre é uma nova acomodação significando a continuidade da ordem que caracterizaria a sociedade brasileira, da antiga casa-grande surge o sobrado urbano. Neste novo momento, porém, o Estado imperial operava um processo de civilização

homogeneizador para assentar a sociedade em novas bases: uma ordem impessoal. Rompe-se, então, a aliança Estado/patriarcado, precipitando a decadência da experiência anterior fundada nas relações pessoais (Bastos, 2005).

Hoje, nos anos 20 do século XXI, a ideia de uma “democracia social” é considerada ultrapassada. Contudo, nos anos 30 do século XX, quando *Casa-grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Raízes do Brasil* foram escritos, o contexto político era o dos debates provocados pela Constituinte de 1933-34 e a emergência do Estado Novo em 1937, como aponta Élide Rugai Bastos (2016). A socióloga afirma que, em 1934, a superação dos entraves políticos presentes na Primeira República, marcada pelo domínio das oligarquias, era o eixo do debate constituinte, que também buscava uma nova concepção institucional centrada na unidade nacional. Não era banal, portanto, pensar em democracia – ainda que possamos questionar se os preceitos que embasavam a ideia de Freyre eram realmente democráticos.

É nesse mesmo contexto em que a primeira edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, é publicada em 1936. A primeira edição é tida como mais elogiosa das teses freyrianas. De acordo com Ricupero, na primeira edição de *Raízes do Brasil*, o historiador paulista não economiza elogios a *Casa-grande & Senzala*. Também concorda com o fato do Brasil ser “o único caso bem-sucedido de transplantação da cultura europeia para os trópicos”, do povo português como povo mestiço e sem preconceitos de raça (Ricupero, 2011, pp.121-122). Em 1937, inicia-se o Estado Novo, período autoritário do governo Vargas que se encerra apenas em 1945. A segunda edição de *Raízes* é publicada em 1948 e tem como pano de fundo justamente o fim do regime ditatorial seguido da Constituinte em 1946, de partidos recém-criados representando diversas posições políticas e de uma nova agenda de problemas, mas também “pela preocupação comum de afastar possíveis retornos a períodos ditatoriais” (Bastos, 2016, p.368). Em 1946, com essa unidade estabelecida, o ponto central do debate constituinte era a questão democrática e a representação política de setores diversos da sociedade, fosse por regiões ou por classes sociais. As conjunturas de 1936 e 1948 são distintas em termos políticos, econômicos, sociais e culturais e influem na reflexão realizada nas edições de *Raízes do Brasil*. Nos dois momentos, Bastos mostra como o debate com Gilberto Freyre, principalmente em torno do lugar ocupado pelas tradições ibéricas na sociedade brasileira (lugar-comum nas análises da época), está presente no livro de Sérgio Buarque. As mudanças observadas na segunda edição relacionam-se principalmente com essa questão, não indicando adesão a um Estado totalitário ou um posicionamento conservador por

parte do historiador paulista.

Em *Raízes do Brasil* encontramos semelhanças com o diagnóstico freyriano sobre a formação da sociedade brasileira. Também neste livro⁷ o tema da *fundação política e cultural* é central, mas Sérgio Buarque apresenta-o de forma diferente de Freyre, porque não considera que o Brasil foi formado na colônia. Na verdade, a nação ainda está em formação e um entrave para o nosso desenvolvimento são justamente as raízes ibéricas de nossa colonização. O historiador paulista aborda como traços constitutivos de nossa formação ibérica e do colonizador português – o personalismo, a desvalorização do trabalho manual, a plasticidade social, o gosto pela iniciativa individual – tendem a impedir o desenvolvimento dos valores impessoais e racionais necessários para a consolidação do Estado e da democracia.

Os portugueses trouxeram um extremo personalismo que adentrou nossa cultura no meio rural, por meio da família patriarcal. A família também é para Holanda a célula da sociedade colonial e o grande proprietário de terras concentrava um poder ilimitado e, não raro, tirânico. Os laços afetivos construídos na família patriarcal se alastravam para a vida pública brasileira, levando para o espaço público sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, ocasionando a invasão do público pelo privado, do Estado pela família (Holanda, 2013, p.82). Mas ao contrário de Freyre, Sérgio Buarque é bastante crítico desse fenômeno social. Para ele, o Estado não deve ser compreendido como uma ampliação do círculo familiar como defende o sociólogo pernambucano. Pelo contrário, afirma que a família é *oposta* ao Estado e que, para que exista o cidadão em toda a sua plenitude política, é fundamental o enfraquecimento dos laços afetivos que o prendem à família.

Sérgio Buarque também destaca, assim como o sociólogo pernambucano, que a influência da família patriarcal e do mundo rural começa a sofrer alterações com a chegada da corte portuguesa no Brasil e a abertura dos portos, em 1808, aprofundando-se com a Independência em 1822. Os centros urbanos se desenvolvem e as profissões liberais e os bacharéis ganham espaço. A tradicional situação de dependência das cidades em relação aos domínios agrários – algo *sui generis* da estrutura social brasileira – passa por mudanças e os senhores de engenho, antes praticamente os únicos “cidadãos” da colônia, começam a dividir o espaço e o poder político com outros atores sociais. Há nesse processo de urbanização e industrialização o avanço da civilidade sobre a

⁷ Utilizaremos neste artigo a versão final, com as substantivas modificações da 2ª edição em 1948 e ajustes menores realizados na 3ª edição em 1956.

cordialidade (Feldmann, 2013), da modernidade sobre a tradição de nossas raízes ibéricas, originadas do mundo rural e patriarcal e fundadas no personalismo.

Todavia, mesmo com as mudanças em curso, a separação entre Estado e família ainda não se consolidaria no Brasil. Como parte de nossa herança ibérica advinda do mundo rural – principalmente do *personalismo* – surgiram na nossa cultura o *patrimonialismo* e uma *ética de fundo emotivo*. O primeiro é uma forma de ver a gestão pública como de interesse particular, que não é o mesmo que corrupção, mas tem relação com essa ideia (Ribeiro, 2014; Botelho, 2019). A segunda é uma forma única de socialização fundada na *cordialidade*, uma máscara por meio da qual o indivíduo consegue manter a sua supremacia ante o social. Corresponde à lhanza no trato, à hospitalidade, à generosidade, virtudes que representam um traço definidor do caráter brasileiro, porém não são sinas de “boas maneiras” ou de civilidade. São expressões de um fundo emotivo rico e transbordante, de atitudes originadas do *coração* (Ricupero, 2011) – nada promissoras para a fundação de um Estado democrático e impessoal.

Importante destacar que, neste ponto, surge indiretamente outro tema que, hoje, podemos chamar de republicano, e que também já havia aparecido em *Casa Grande & Senzala*: a necessidade de moderação e contenção dos desejos e dos interesses privados e individuais em prol de uma esfera de interesses comuns e do bem público, as chamadas virtudes cívicas. Tanto na obra do sociólogo pernambucano como na do historiador paulista, podemos perceber que há um diagnóstico de carência, na sociedade brasileira, dessas qualidades de moderação. Ricardo Benzaquen de Araújo (2005) destaca que na noção de *tópico* empregada em *Casa Grande & Senzala* existe a ideia de *excesso*, que seria a tradução da *hybris* grega, uma categoria ligada à natureza sexual responsável pela atmosfera de intimidade e calor que caracterizaria as relações entre senhores e escravos em *Casa Grande & Senzala*, determinando o predomínio nessa sociedade “da irracionalidade e do furor típicos da paixão, convertendo a casa-grande e sua patriarcal família em um cenário de rivalidades e desejos” (Araújo, 2005, p.56). Para Araújo, o excesso da *hybris* é em parte responsável por desviar a atenção dos senhores de engenho da vida pública para a vida privada, retomando “antigas e persistentes tradições da civilização ocidental, de Ésquilo a Weber [sobre] a impossibilidade de fundar a ordem pública em um terreno irrigado basicamente pelo excesso” (Araújo, 2005, p.86). A questão é que Gilberto Freyre, apesar de reconhecer as consequências políticas nocivas desse ambiente, considera os ganhos culturais muito maiores.

Sérgio Buarque também reconhece o excesso do privado na cultura brasileira: na

cordialidade existe a ideia de um “fundo emocional rico e transbordante” que é mascarado pela lhanza do trato, pela gentileza – suposta civilidade. O conceito do homem cordial/cordialidade é ambíguo e por vezes impreciso. Suposta “contribuição brasileira para a civilização” (Holanda, 2013, p.146), existem características de bondade na cordialidade? Sim, mas não apenas. Como adverte Rocha (2003), o homem cordial também é violento; inclusive, *deve ser violento*, uma vez que é dominado pelo coração. Entretanto, aceitar isso pressupõe abandonar a imagem de harmonia, simpatia e bondade vinculadas ao brasileiro⁸. Para o crítico literário, a cordialidade em *Raízes do Brasil* está relacionado inclusive à dicotomia público/privado e não é exclusividade brasileira:

O homem cordial deve ser entendido como um tipo ideal weberiano: formado num contexto caracterizado pela hipertrofia do privado e pelo predomínio das relações pessoais. A cordialidade, portanto, não deveria ser entendida como uma característica exclusivamente brasileira, mas como um traço estrutural que se desenvolve em sociedades cujo espaço público enfrenta sérias dificuldades para afirmar-se em relação à esfera privada (Rocha, 2003, p.214)

Além do homem cordial, o funcionário patrimonialista é outra figura em que faltam virtudes cívicas, falta a ele a noção de bem público porque ele não consegue compreender a separação existente entre as dimensões privada e pública.

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático (Holanda, 2013, p.146)

⁸ João Cezar de Castro Rocha em diversos trabalhos (1998; 2003; 2004) defende que como teria ocorrido uma “miscigenação hermenêutica” entre o conceito de *cordialidade* e o de *mestiçagem*, presente na obra freyreiana. O crítico literário diz que o entendimento que tem dominado o imaginário sobre o homem cordial é baseado nos preceitos do sociólogo pernambucano, apesar de creditarem-no geralmente a Sérgio Buarque. Assim, o que ocorreu com o “homem cordial” foi que ele se tornou “sinônimo de brasilidade” quando a originalidade do nosso povo, a partir de seu processo histórico, passou a ser vista como uma forma de convivência harmoniosa. “A concepção de Freyre tem muito mais afinidade com certa imagem da cultura brasileira, cuja pretensa vocação seria mediar conflitos, em lugar de explicitá-los” (Rocha, 2003, p.215). Para Rocha (2003), as mudanças entre a primeira e a segunda edição demonstrariam a intenção de Sérgio Buarque de desfazer a “miscigenação hermenêutica” que teria ocorrido entre seu conceito de *cordialidade* e o de *mestiçagem*, presente na obra freyreiana. Contudo, se Sérgio Buarque reformulou sua edição em 1948 para afastar essa miscigenação hermenêutica, Gilberto Freyre teria recolocado a confusão entre os conceitos em 1951. O sociólogo pernambucano adicionou cinco novos capítulos na segunda versão de seu livro: *Ainda o sobrado e o mucambo* (cap.VI); *Raça, classe e região* (cap.VIII); *O Oriente e o Ocidente* (cap.IX); *Escravo, animal e máquina* (cap.X); *Em torno de uma cismática da miscigenação no Brasil patriarcal e semipatriarcal* (cap.XII) e é principalmente no capítulo XII de *Sobrados e Mucambos* que Freyre elabora explicitamente a comparação entre os dois conceitos, colocando a cordialidade como uma homologia para a mestiçagem no nível social.

É possível que o funcionário patrimonial adquira traços burocráticos? Para Holanda isso seria possível com a progressiva divisão das funções (talvez, nos termos de hoje, “especialização”) e com a *racionalização*. Em outras palavras, com a superação das influências da família patriarcal oriundas do meio rural, consequências de nossas raízes ibéricas. O predomínio constante das vontades particulares dos círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordem impessoal foi a regra no Brasil onde “as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós” (Holanda, 2013, p. 146). Assim, o *patrimonialismo*, de acordo com Holanda, tem origem no mundo rural e na família patriarcal. É fruto dessa mentalidade que foi transposta do meio rural para o urbano por causa da falta de uma burguesia independente dos grandes senhores de terra. De forma análoga, a cordialidade só existe “na medida, ao menos, em que *permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal*” (Holanda, 2013, p.146, grifo nosso). Ou seja, se é possível que o funcionário patrimonialista se torne mais parecido com o burocrata, também é possível que o brasileiro deixe de ser o homem cordial, caso diminuam as influências do meio rural e patriarcal.

Voltando ao tema da fundação política, em Sérgio Buarque ela não está completa. Ele identifica em *Raízes do Brasil* a existência de uma revolução lenta, gradual e concertada iniciada em 1822 com a Independência, intensificada com a Abolição em 1888 e a República em 1889, e que ainda estaria em curso. Essa revolução até pode sair vitoriosa, desde que sejam liquidados *os fundamentos personalistas* sob os quais se fundou nossa vida social, proporcionando o advento de valores impessoais e racionais – modernos – fortalecedores do Estado democrático. Uma revolução lenta e subterrânea que romperia com a hipertrofia do privado em nossa vida social e política. Em *Raízes*, o sentido dessa revolução está intimamente ligado aos usos que o autor faz do conceito de democracia.

2.2 As diferentes formulações em torno da democracia

Se, como apontamos na introdução, não é mais possível falar de República sem pensar em Democracia, convém pensar de que modo essa é entendida pelos autores aqui trabalhados. De acordo com Brasília Sallum Jr. (2012), a noção de democracia utilizada por Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil* é complexa, pois o termo diz respeito a diferentes dimensões da vida social dependentes da estrutura e dinâmica da vida social subjacente. Por isso, democracia nessa obra tem dois sentidos: o de *dimensão sociopolítica da*

sociedade e o de *cultura política*. No primeiro caso, democracia refere-se a um padrão de relações de poder entre diferentes camadas e grupos sociais e ela não existiria na realidade brasileira em nenhum dos momentos de escrita do livro (nem na primeira versão de 1936 ou na segunda de 1948), mas estaria em *gestação*, sinalizando um futuro provável. O segundo caso, da democracia como cultura política, relaciona-se com os valores e modos de organização política ainda não estabelecidos no país, contrapostos aos valores e modos predominantes da tradição ibérica. Ela designa, então, uma *aspiração coletiva* e também diz respeito ao futuro.

Como demonstra Sallum Jr (2012), “o problema central do livro não é reconstituir o passado do Brasil, nossas raízes; é desvendar o processo sociopolítico da sociedade brasileira” tentando verificar qual o futuro embrionário que estava contido naquele presente histórico – os quais são diferentes em 1936 e 1948, como já demonstrado segundo a análise de Bastos (2016) citada na introdução. Sallum Jr. nos mostra, então, que para Sérgio Buarque a identidade brasileira estava *em devir, em construção*. Há uma tensão entre a tradição ibérica (o personalismo), sua encarnação institucional (o Estado patrimonial) e esse movimento de superação em *gestação*, porque há uma afinidade inerente entre essa cultura política nucleada no personalismo, o domínio oligárquico e o Estado patrimonial. Do personalismo resultam três consequências: a fragilidade das formas de associação; um individualismo exacerbado; e a instabilidade política – anarquia ou ditadura – torna-se inevitável, uma constante da vida social, um pressuposto sociopolítico do personalismo. É interessante que Sallum Jr. aponta que o individualismo que herdamos com a tradição ibérica é diferente do individualismo moderno, pois esse pressupõe *igualdade*. Já para o personalismo é a *desigualdade* o resultado da competição individual, o que engendra uma forma de *individualismo aristocrático* que foi possível dentro de uma aristocracia aberta ao talento como era a nobreza portuguesa. Por causa disso, Sérgio Buarque duvidaria do tipo de individualismo que pode surgir na sociedade brasileira, superado o personalismo de tradição ibérica.

Esse ponto é bastante importante pois marca uma diferença fundamental da análise freyriana. Elide Rugai Bastos (2003) mostra que, influenciado pelo pensamento hispânico, Gilberto Freyre *aceita a desigualdade como base das relações sociais*. O equilíbrio de antagonismos opera justamente nesse caráter desigual, amaciando contradições e trazendo harmonia social. Isso faz com que a democracia política passe para o segundo plano substituída pela democracia social. Além disso, para Bastos (2003) isso justifica a recusa da adoção de medidas sociais e políticas universais no Brasil, pois

elas não fariam sentido numa sociedade heterogênea como a brasileira, cuja formação não é tipicamente ocidental. Em *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre demonstra uma profunda desconfiança das cidades por levarem ao desmembramento do complexo da casa-grande-senzala. Apresenta, em especial, críticas bastante fortes ao processo de exclusão social e aumento das desigualdades que relega principalmente as populações mais pobres às áreas degradadas da cidade, à falta de higiene, à uma alimentação precária, a condições de vida extremamente difíceis. Um dos problemas que podemos verificar na análise de Freyre é que o autor não dirige a crítica, como fez Holanda, a dimensões estruturais da sociedade ou à atuação das elites nos espaços de poder, mas ao invés disso sugere que as condições dessas populações estariam mais bem garantidas na situação anterior, quando viviam sob o jugo da família patriarcal na condição de escravizadas.

É bastante interessante que as palavras “cidadania” ou “cidadão” quase nem aparecem nas obras de Freyre e Holanda⁹, apesar da constituição do cidadão ser central tanto na República quanto na Democracia. Podemos argumentar que isso ocorre porque a conquista da cidadania, composta pelos direitos civis, políticos e sociais, depende em grande parte do reconhecimento pelo Estado nacional dos direitos do cidadão (Carvalho, 2013). Ou seja, a cidadania está intimamente relacionada com o desenvolvimento do Estado de Direito, portanto, do império das leis, da República. Para além do problema de se pensar a cidadania numa sociedade marcada pela escravidão até 1888 e as mazelas dela herdadas, a entidade abstrata do Estado não está presente na análise de Freyre e, mesmo em Sérgio Buarque, o foco da análise está em como a sociedade brasileira ainda precisa romper com o personalismo que a caracteriza para fundar o Estado impessoal. Os autores publicaram suas obras, como já mencionamos, entre a Revolução de 30 e o advento do Estado Novo. Esse silêncio sobre o Estado, portanto, não é por acaso, e deve ser compreendido dentro desse contexto de fortalecimento do autoritarismo, culminando no período ditatorial liderado por Vargas até 1945. Diante de uma ditadura, ambos os autores se voltaram para a sociedade brasileira buscando respostas e, muito possivelmente, saídas políticas para o que viam.

Os primeiros anos da ordem republicana foram marcados por tensões e instabilidade política, disputas entre as oligarquias regionais, e uma repressão fortíssima

⁹ Em um dos raros momentos em que a referência à cidadania aparece em *Raízes do Brasil*, os senhores de terra são vistos como “praticamente os únicos verdadeiros ‘cidadãos’ na colônia” (Holanda, 2013, p.89). Respondendo a ele, Gilberto Freyre argumenta que os senhores de engenho não eram cidadãos na colônia, porque o poder político se encontrava na instituição da *família patriarcal*, e não em indivíduos. É a família a detentora da cidadania.

aos movimentos populares, e não por um Estado democrático organizado e promotor do bem público. Ou seja, não basta erigir uma República, ela precisa ter conteúdo republicano (e também democrático), revelando que, para tentar compreender o Brasil, a realidade histórica se mostra mais fundamental do que o apego a ideais políticos e a modelos lógicos e conceituais oriundos de outros países – justamente a crítica que fez Sérgio Buarque já na primeira edição de *Raízes do Brasil* em 1936. Para o historiador paulista, tanto a Independência quanto a República foram movimentos que partiram sempre de cima para baixo: de inspiração intelectual e sentimental, a grande massa do povo recebeu as conquistas liberais com displicência ou hostilidade. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo jamais se naturalizou no Brasil, porque nunca conseguimos efetivamente superar os valores da personalidade oriundo do recinto doméstico quando atuamos nos espaços da ordem coletiva. Consequentemente,

A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. (HOLANDA, 2013, p.160)

A República instituiu apenas a divisão entre dois partidos segundo o modelo inglês (Liberal e Conservador), mas os partidos não representavam grupos com ideias antagônicas, mas *famílias e pessoas diferentes*. Se o modelo republicano foi além do Império ao extinguir o Poder Moderador e acaba com a nossa monarquia “tutelar”, dominada ainda por um sistema agrário patriarcal, ainda assim não foi capaz de criar as bases para um verdadeiro Estado impessoal. Sérgio Buarque nos convida a todo momento de *Raízes do Brasil* a olhar a realidade histórica *como ela se apresenta* e, nesse sentido, ele chega a constatar que o Império (forma de governo também personalista, pois era uma monarquia centrado na figura do Imperador) era menos despótico do que a República instaurada por meio de um golpe de Estado¹⁰ comandado por militares. Gabriela Nunes

¹⁰ Produções historiográficas recentes tentam inclusive aprofundar a compreensão da Proclamação da República como um movimento de setores conservadores da sociedade brasileira em reação a uma abertura por parte do Império a demandas democráticas. O historiador Filipe Nicoletti Ribeiro, em tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 202, investiga os anos finais do Império brasileiro e iniciais da República (1880-1891), argumentando que o Estado imperial e uma parte importante da elite política se mostravam permeáveis a demandas por democratização, compromissos em torno da abolição da escravidão, da expansão do papel do Estado na modernização econômica e na promoção dos direitos dos cidadãos, inclusive os egressos da escravidão. Esse movimento teria ocasionado uma reação de outros setores poderosos, os quais viam a expansão da esfera pública e o crescente intervencionismo estatal no âmbito privado como ameaça vital. Teria havido, então, uma virada anti-institucional de parte das elites, em especial das áreas fortemente escravistas do Centro-Sul, a qual foi decisiva para a fragilização e derrocada das instituições imperiais, em 15 de novembro de 1889.

Ferreira (1996) mostra como a análise da cordialidade e sua crise abrem espaço para a crítica da organização política republicana:

As transformações sociais que atingem a base sobre a qual se assenta a cordialidade, destroem ao mesmo tempo as bases materiais do Estado imperial, sem colocar no lugar novas estruturas políticas que tenham ligação efetiva com a nossa vida social. A antítese liberalismo-caudilhismo, que marca a vida política republicana, é expressão do descompasso entre país real e país legal; mas é também resultado da sobrevivência de uma cultura política ainda marcada por padrões personalistas e oligárquicos. Ambos, o liberalismo e o caudilhismo, são “soluções enganosas”: o primeiro porque pressupõe a crença “de que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo; o segundo porque enxerga na “pura e simples substituição dos detentores do poder público”, a possibilidade de operar transformações profundas na sociedade (Ferreira, 1996, p.244).

Na interpretação de Sérgio Buarque, essa elite marcada pelo personalismo e pelo patriarcado dificilmente pode fundar uma República democrática. O máximo que conseguiu até o momento de publicação de *Raízes* foi fundar o Estado patrimonial, marcado pela invasão do público pelo privado, pelo domínio das oligarquias ou de caudilhos. Sallum Jr (2012)¹¹ afirma que o Estado patrimonial nada mais é do que o domínio oligárquico:

Vale sublinhar que esta concepção de patrimonialismo diz respeito a uma forma de domínio em que agrupamentos políticos, enraizados em grupos particularistas da sociedade – desdobramentos da família – produzem um viés na esfera pública, submetem o Estado e o interesse geral. Nessa concepção, não é o Estado a potência universal que organiza a sociedade, mas são os particularismos desta que submetem o Estado.

A crítica à vida política republicana também está presente em Gilberto Freyre já em *Casa Grande & Senzala* quando o sociólogo menciona o sadismo do senhor/masochismo do escravo, passando “da esfera ‘íntima’ das relações entre senhor e escravo à esfera política como se fossem duas faces da mesma moeda” (Ferreira, 1996, p.236). Freyre critica o mandonismo político presente em nossa vida política, que tem sempre feito “vítimas” e também coloca, de maneira irônica, que apesar da nossa tradição revolucionário, liberal e demagógica, permanece no povo brasileiro o desejo por um governo “ másculo e corajosamente autocrático”.

Considerações finais

¹¹ O artigo está disponível no formato online e sem paginação.

Naquele contexto histórico de meados do século XX, a procura por alternativas ao Estado levou-os a olhar, segundo a nossa hipótese, para a outra dimensão da constituição da República: a formação do povo, da sociedade. É como se uma das perguntas de fundo presentes nas obras de Freyre e Sérgio Buarque aqui analisadas fosse: “existe saída para o Brasil no nosso povo?”. É por isso que se voltam para o tema da fundação política e da constituição de uma cultura popular, no caso de Freyre, e de uma cultura política, no caso de Sérgio Buarque. Nosso argumento aqui é que esses são temas republicanos, investigados a partir da complexidade da formação social brasileira. No Brasil, a hipertrofia do privado sobre o público é constatada desde nossa formação colonial e a sociedade dela formada é composta por grupos sociais que têm noções e experiências completamente distintas de liberdade e de igualdade (pelo próprio advento da escravidão), de valores cívicos, da noção de bem comum e do império das leis. Ainda assim, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque ousaram investigar se havia alguma forma possível de construção de *democracia* nessa sociedade para além do nível formal. Eles não falam em eleições, voto ou competitividade eleitoral. Estão investigando, portanto, o conteúdo dessa democracia, seus valores.

Para o sociólogo pernambucano, a “solução democrática” está na cultura brasileira. Por entender “democracia” principalmente no sentido de mobilidade e possibilidade de ascensão entre as classes, Gilberto Freyre enxerga na própria sociedade brasileira a potencialidade do Brasil enquanto nação (Ferreira, 1996), pois aqui existiria uma sociedade plástica com mobilidade social. Contudo, ao fazer da desigualdade social um valor, a concepção de democracia de Freyre se mostra contraditória, pois se opõe justamente ao princípio basilar da democracia que é a igualdade. Assim, ele valoriza as figuras¹² e os espaços de *mediação* e de convivência entre os extremos, mas não uma real igualdade política ou mesmo social. Para Gabriela Nunes Ferreira, em *Casa Grande & Senzala*:

Embora Gilberto Freyre até reconheça que, no processo de miscigenação, a cultura dos “vencedores” acaba por se sobrepor, em grande medida à dos vencidos, ele não se atém a esse fato como um problema: está mais preocupado em demonstrar, para além dos antagonismos existentes, a presença de “zonas de confraternização” que permitiram a formação, no Brasil, de uma civilização tropical original e criativa (Ferreira, 1996, p.239)

¹² A interpretação freyriana com foco na análise do cotidiano incorporou na análise da formação brasileira, como elementos de ação e sujeitos da história, as figuras do escravo, da mulher, do menino em relação ao patriarca. De maneira original no pensamento social brasileiro se assumiu a contribuição civilizadora do negro (Bastos, 2003; DaMatta, 2003) e conferiu à miscigenação – e ao mulato – lugar de destaque na sociedade brasileira como figura de mediação de contrastes.

Nessa concepção de *democracia social*, ligada à ideia da miscigenação desenvolvida principalmente em *Sobrados e Mucambos*, o mulato aparece como elemento integrador pela sua possibilidade de ascensão social por meio do trabalho e da educação: ele é geralmente um bacharel na interpretação freyriana. Contudo, a saída é inconsistente diante da própria argumentação desenvolvida, porque Freyre descreve um cenário extremamente desigual, mas promove a ascensão do mulato de forma incrivelmente rápida e, por isso, “idealizada e difícil de acreditar” (Benzaquen, 2005, p.148). Como demonstra Ricupero (2010) a aversão pelo Estado centralizador deriva do conservadorismo de Freyre e da defesa da “aristocracia rural”. Ou seja, o autor é aparentemente antipolítico, quando, na verdade, defende uma certa política que valoriza o passado colonial e o domínio do grupo senhorial. Ao mesmo tempo, o pensamento de Freyre é também exemplo dos limites do conservadorismo no Brasil:

[Freyre e outros autores, como o bispo Azeredo Coutinho e José de Alencar] Caracterizam o trabalho servil como uma instituição transitória; possivelmente benéfica ao desenvolvimento social, mas fadada a desaparecer. Sugerem, portanto, que a escravidão não é um fim em si mesmo, possivelmente a base de uma civilização nova, mas algo superável. Tal posição possivelmente esteja relacionada com o próprio lugar subordinado da economia escravista brasileira na economia mundial (Ricupero, 2010, pp16-17)

Contudo, procuramos mostrar que *Raízes do Brasil* tem muitas relações com *Casa-Grande & Senzala* e nossa hipótese é que Sérgio Buarque coloca na discussão com Freyre outros elementos que apontam para a busca de nossos valores cívicos, de nossa cultura política, ao mesmo tempo em que reconhece a dificuldade colocada pela hipertrofia do privado sobre o público. Para o historiador, a modernização e a urbanização, processos de certa forma análogos, são o que compõem a revolução passiva que pode liquidar as raízes ibéricas e personalistas do país e impulsionar nosso desenvolvimento democrático. Por meio delas poderíamos desenvolver a *racionalidade burocrática* contra o nosso *personalismo*, superar nossas raízes ibéricas, fundando o Estado impessoal em contraposição à família, rompendo finalmente com a hipertrofia do privado. Freyre tem receio de que esse processo de ocidentalização/europeização corrompa o melhor de nossa cultura, que é a capacidade de fazer mediações entre extremos (o equilíbrio de antagonismo).

Entretanto, para Sérgio Buarque, as transformações verificadas no país a partir de meados do século XIX não necessariamente afetariam negativamente a nossa cultura. Pelo contrário, ele aponta que há aspectos em nossa sociedade, descritos no capítulo final de *Raízes do Brasil*, que podem se adequar ao ideal democrático: a repulsa por toda

hierarquia racional que impeça à autonomia do indivíduo; a impossibilidade de se resistir à urbanização e o cosmopolitismo e a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor (tese que hoje já se encontra invalidada). O historiador pode até estar sugerindo que a democracia pode assumir uma *forma nova* no Brasil (Ricupero, 2011), isto é, nossas condições nacionais poderiam também influenciar formas estrangeiras, como a democracia, inserindo nelas um conteúdo original em relação ao europeu. Nesse sentido, *Raízes do Brasil* coloca uma possibilidade de compatibilidade da democracia com nossa própria cultura. Ou seja, seria possível construir uma República com conteúdo republicano e democrático no Brasil. Mas Sérgio Buarque de Holanda distancia-se completamente do entendimento de que a democracia poderia ser realizada apenas no campo *social*. Em sua análise, a superação das nossas raízes rurais tem relação direta com a redução dos privilégios de grupos sociais que sempre ocuparam as posições de poder na sociedade brasileira, impedindo transformações significativas na estrutura social.

As interpretações desses autores contribuem para pensar a complexidade da formação social brasileira e a dificuldade de construção de uma República democrática numa sociedade marcada pela hipertrofia do privado sobre o público. Algumas teses sobre o *déficit republicano* do Brasil já são antecipadas nessas obras, mas nenhuma delas é republicana e nem seus autores. Elas nos instigam a pensar nesse *problema republicano, da relação do público com o privado*, de um ponto de vista brasileiro e latino-americano, com consequências presentes até hoje para nossa democracia. Com análises que conversam muito entre si, Freyre e Sérgio Buarque mostram duas dimensões privadas diferentes atuando na política brasileira: a força da família patriarcal na própria sociedade, influenciando nossa formação cultural, no primeiro; a influência dos valores privados originados do personalismo e da família na construção do Estado brasileiro, no segundo.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey C. “A importância dos clássicos”. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, J. (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo, Ed. Unesp, pp. 23-90, 1999.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e Paz, Casa Grande e Senzala: a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo, Editora 34, 2005. 2ª edição.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020. 13ª edição revista.

BASTOS, Élide Rugai. **As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. São Paulo, Global. 2006a.

_____. O iberismo e a reflexão sobre a democracia na obra de Gilberto Freyre. **Proposições**, Campinas, v. 17, n. 3 (51), pp. 37-55, 2006b.

_____. Raízes do Brasil e Sobrados e Mucambos: um diálogo. **Perspectivas**, São Paulo, n.28: p.19-36, 2005.

BELINELLI, Leonardo. As “interpretações do Brasil” ajudam a pensar o ciclo político que vivemos?. **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < https://blogbvps.com/2019/06/26/as-interpretacoes-do-brasil-ajudam-a-pensar-o-ciclo-politico-que-vivemos/#_edn2>. Acesso em: 26/05/2024.

_____. **Brasil: oriente político? Uma discussão sobre o patrimonialismo estatista**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 192. 2015.

BIGNOTTO, Newton. **Matrizes do Republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. **O Brasil à procura da democracia: da Proclamação da República ao século XXI (1889-2018)**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, p. 47-66, 2010.

_____. Público e privado no pensamento social brasileiro, in André Botelho e Lilia Schwarcz (orgs). **Cidadania: Um Projeto em Construção** – Minorias, Direito e Justiça. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. Sequências de uma sociologia política brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 1, 2007, pp. 49-82.

CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”, in Sérgio Buarque de Holanda, **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

CARDOSO, Sérgio. A matriz romana. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Matrizes do Republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 13-49.

CARVALHO, José Murilo de. “Cidadãos em negativo”. In *idem*, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 [1ª ed. 2001].

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. **Lua Nova**, São Paulo, n.26, pp.219-248, 1992.

ELIAS, Maria Lígia G. Granado Rodrigues. Republicanismo: história e atualidade. **Em Tese** - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007.

FALCÃO, Luís. Definindo o Republicanismo: abordagens, dificuldades e síntese. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 20 - Nº 47 - Jan./Abr. de 2021, pp.32-68.

FERREIRA, G.N. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. **Lua Nova**, São Paulo, n.37, p.229-247, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Global, 2013. 52ª edição.

_____. **Ordem e Progresso**. São Paulo, Global, 2004.

_____. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo, Global, 2003. 15ª edição.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

LUA NOVA. *Revista de Cultura e Política*, Edição Especial: República. 2000, n.51, CEDEC.

PANCERA, Gabriel. “Matriz italiana” in SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa (orgs.). **Dicionário da república**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PETTIT, Philip. **Republicanism**: a theory of freedom and government. Oxford: Oxford University Press, 1997.

RICUPERO, Bernardo. “O Conservadorismo Difícil” in NUNES FERREIRA, Gabriela e BOTELHO, André (orgs.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 2010.

_____. Desafios atuais do pensamento político brasileiro. **Blog A Terra é Redonda**, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/desafios-atuais-do-pensamento-politico-brasileiro/>>. Acesso em: 26/05/2024.

_____. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2011.

SILVA, Ricardo. Visões da Liberdade: Republicanismo e Liberalismo no Debate Teórico Contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, 94: 181-215, 2015.

SILVA, Ricardo. LAUREANO, Roger. Tradição e interpretação: Taxonomias do Republicanismo. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 20 - Nº 47 - Jan./Abr. de 2021, pp.10-31.

SINGER, André. Regime autocrático e viés fascista: um roteiro exploratório. **Lua Nova**, São Paulo, n. 116, pp.53-82, 2022.

SINGER, André. ARAUJO, Cicero. BELINELLI, Leonardo. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SCHWARCZ Lilia Moritz; BOTELHO, André. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, n.82, pp. 139-159, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa (orgs.). **Dicionário da república: 51 textos críticos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VIROLI, Maurizio. **Republicanism.** New York: Hill & Wang, 2002.